



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 553780 - SP (2019/0382231-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ERIVELTO DINIZ CORVINO
ADVOGADO : ERIVELTO DINIZ CORVINO - SP229802
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THAIS FERNANDA FERREIRA (PRESO)
CORRÉU : LEIDIANE ALVES PEREIRA
CORRÉU : BRUNO HENRIQUE SILVA ARAUJO
CORRÉU : DIEGO GOMES FERREIRA ROCHA
CORRÉU : DIEGO FRANCA BARBOSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de THAIS FERNANDA FERREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2238059-78.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante, em 05/06/2019, por suposta prática dos delitos tipificados no art. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso VI, e no art. 35 da Lei n. 11.343/06 (tráfico de drogas com envolvimento de menor e associação para o narcotráfico). A prisão foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - Tráfico de entorpecentes - Revogação da prisão preventiva – Impossibilidade – Presença dos requisitos ensejadores da segregação cautelar - Ordem denegada. (fl. 433)

No presente *writ*, o impetrante alega ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada, porquanto baseada na gravidade abstrata do delito.

Sustenta que, caso reste condenada, a paciente fará jus à substituição da reprimenda corporal por restritivas de direito, pelo que seria desproporcional mantê-la acautelada.

Destaca as condições pessoais favoráveis da paciente e a suficiência da

aplicação de medidas alternativas.

Requer em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Indeferida a liminar (fls. 444/445), o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 447/448).

É o relatório.

Decido.

De acordo com os informes obtidos na página eletrônica do Tribunal de origem, verifica-se que, em 1/4/2020, foi proferida sentença condenando a paciente às penas de 9 anos, 8 meses e 19 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 1456 dias-multa, pela prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso VI, e no art. 35 da Lei n. 11.343/06, tendo sido mantida a custódia cautelar com base em fundamentos diversos daqueles utilizados na decisão da preventiva.

In casu, da leitura da sentença condenatória, verifica-se que o Magistrado de primeiro grau manteve a custódia cautelar do réu, agregando fundamentos novos ao decreto prisional, consoante se extrai do seguinte trecho do julgado, *in verbis*:

" Tendo em vista que os réus permaneceram presos ao longo do feito e persistem os requisitos autorizadores da prisão preventiva, bem como considerando-se o regime inicial de cumprimento pena imposto, nego-lhes o direito de recorrerem em liberdade. Recomendem-se os réus em estabelecimento prisional compatível com o regime de cumprimento de pena ora fixado. "

Nesse contexto, verifica-se que, diante da alteração do cenário fático-processual, consubstanciada no advento de novo título judicial decorrente da sentença condenatória proferida em desfavor da ora paciente, fica superada a alegação trazida na impetração que ataca os fundamentos na manutenção da prisão preventiva por ocasião do decreto preventivo.

Ademais, conforme sedimentado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os fundamentos acrescidos ao novo título adotado para justificar a custódia cautelar, devem ser submetidos à análise do Tribunal de origem antes de serem aqui apreciados, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

No mesmo sentido é a jurisprudência deste Tribunal:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA. NOVOS

FUNDAMENTOS. NOVO TÍTULO. FUNDAMENTOS NÃO ENFRENTADOS NA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

3. Caso em que o Juízo sentenciante, ao negar ao paciente o direito de apelar em liberdade, inovou nos fundamentos para manter a prisão cautelar, referindo-se a supostas práticas delitivas ocorridas posteriormente ao fato praticado nos autos.

4. **Conforme precedente desta Quinta Turma, "a superveniência de sentença penal condenatória, na qual se agrega nova motivação para a manutenção da prisão cautelar, torna prejudicada a irresignação quanto ao ponto, isto porque, o novo título prisional contém fundamentos cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário, não cabendo, portanto, a este Superior Tribunal apreciá-la de forma originária, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no RHC 49.413/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 06/11/2014).**

5. Habeas corpus não conhecido (HC 345.071/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 07/03/2016).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NULIDADE. TESTEMUNHO DE POLICIAIS QUE ATUARAM COMO PERITO. MATÉRIA NÃO APRECIADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NOVOS FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CORPORAL. PREJUDICIALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

VI - O pedido de revogação da prisão preventiva encontra-se prejudicado em virtude da superveniência de novo título prisional ao qual foram agregados novos fundamentos para a manutenção da segregação cautelar do paciente.

Habeas corpus não conhecido (HC 312.886/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado

em 12/05/2015, DJe 18/05/2015).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator